

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. TENENTE-CORONEL ZUCCO)

Altera a redação do art. 505 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 para impedir que a revisão sobre decisão transitada em julgado possa retroagir.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo alterar a redação do art. 505 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 para impedir que a revisão sobre decisão transitada em julgado possa retroagir.

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao art. 505 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015:

“Art. 505.....

.....

Parágrafo único. A revisão das decisões transitadas em julgado não retroagirá”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a presente proposição, buscamos imprimir bom senso na interpretação e aplicação dos dispositivos do nosso ordenamento jurídico, em um dos seus institutos mais caros, qual seja o do respeito ao trânsito em julgado das decisões, consagrado, inclusive, como parâmetro constitucional no inciso XXXVI da nossa Carta Magna.

Não obstante, infelizmente a Suprema Corte do nosso país recentemente formou maioria no sentido de fragilizar a coisa julgada em



matéria tributária: agora, mesmo tendo sido isentado por decisão transitada em julgado, pode um contribuinte ser compelido a pagar determinado tributo, o que, convenhamos, traz uma margem grande de insegurança jurídica, sobretudo a considerar que a decisão original foi prolatada faz um longo período de tempo.

Trata-se especificamente do caso que envolve o interesse da União em voltar a receber a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas favorecidas no sentido da isenção por decisão transitada em julgado em 1992.

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal entendeu cabível o pagamento da Contribuição e hoje busca firmar entendimento sobre a “irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou anterioridade nonagesimal”, causando ainda maior perplexidade a todos nós.

Nesse sentido, como a matéria decidida envolvia uma “relação jurídica de trato continuado”, entendemos cabível a modificação da Seção V (“Da Coisa Julgada”), do Capítulo XIII (“Da Sentença e da Coisa Julgada”), do Livro I da Parte Especial do Código de Processo Civil.

Dessa forma, esperamos que aperfeiçoamento da nossa Lei processual possa colaborar com os aplicadores do Direito em seu labor cotidiano, trazendo paz e segurança jurídica para nossa sociedade.

Com esses argumentos, esperamos contar com o apoio dos demais parlamentares para aprovação da presente proposta legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado TENENTE-CORONEL ZUCCO

